# 2. A opinião dos atores - PAULO PAIVA*

## O governo e a sociedade face à questão do emprego

A questão do emprego assume, no contexto da globalização competitiva, contornos muito complexos, que constituem um novo e grande desafio para o governo e a sociedade.

As perdas de posto de trabalho que vêm sendo observadas na economia brasileira desde o início dos anos 90 originam-se do processo de abertura comercial e de inserção competitiva que superou o antigo modelo de industrialização protegida característico do desenvolvimento brasileiro até o final da década de 80. Os dados do CAGED/MTb revelam que entre janeiro de 1990 e dezembro de 1995 foram eliminados cerca de 2,1 milhões de empregos no segmento formal do mercado de trabalho brasileiro.

O caráter essencialmente estrutural do problema do emprego demanda um conjunto de ações ao longo do tempo cujo sucesso depende do grau de consenso que possam obter na sociedade. Governo, trabalhadores e empresários têm que construir, em parceria, ações para enfrentar o desemprego, abrir novas oportunidades de trabalho e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, coloco quatro grandes conjuntos de ações para que possamos ser bem-sucedidos nesta tarefa.

Em primeiro lugar, temos que consolidar o sucesso do Plano Real. O crescimento econômico, sem o qual não podemos gerar empregos, exige a estabilidade de preços. As diversas reformas que o Congresso Nacional vem apreciando desde o ano passado visam dotar o país de um ambiente institucional que favoreça um crescimento econômico duradouro em um contexto não-inflacionário. Em particular, enfatizamos a necessidade de eliminar o déficit público através do equacionamento da questão fiscal. Isto retirará o peso do programa de estabilização das políticas monetária e cambial. A continuidade do programa de privatizações deverá aliviar os problemas de financiamento do setor público e conferir maior eficiência alocativa à economia. O sucesso do programa de reformas irá criando as condições para que a economia brasileira aumente sua eficiência e obtenha vantagens do processo de globalização competitiva. Sem uma trajetória eficiente de crescimento econômico não poderemos gerar emprego para os brasileiros.

O segundo grupo de ações está relacionado com a política de investimento de destinação regional e/ou setorial. O objetivo é identificar setores/regiões que possam gerar empregos e mobilizar a poupança nacional e externa para essas atividades. Através de uma política de investimentos em infra-estrutura econômica e social e em atividades diretamente produtivas ampliaremos a nossa capacidade de produzir bens e serviços e, conseqüentemente, as oportunidades de emprego. Para os micro e pequenos empreendimentos produtivos, estamos desenvolvendo programas de geração de emprego e renda (PROGER) utilizando recursos do FAT (R$ 1 bilhão em 1996) com financiamento através do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco do Brasil. Para investimentos de maior porte, pretendemos contribuir com recursos do FAT para a constituição de um fundo de R$ 6 bilhões a ser gerido pelo BNDES para financiamento privilegiado em setores geradores de emprego tais como saneamento ambiental, turismo e transporte coletivo urbano, entre outros. O BNDES também oferecerá créditos sob condições especiais para as empresas que contemplarem nos seus projetos de investimentos maiores

*Ministro do Trabalho.

requisitos de emprego por unidade de capital fixo. O FGTS é também uma importante base de recursos para os investimentos na construção civil, fonte importante de empregos.

O terceiro bloco de ações relaciona-se com a necessidade de investir no capital humano da nossa força de trabalho. O MTb está desenvolvendo um amplo programa de formação e educação profissional para aumentar a qualificação da força de trabalho brasileira, de forma a melhor capacitá-la para os desafios que as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais estão impondo à nossa economia. Dotar os nossos trabalhadores de conhecimentos básicos e de polivalência é uma exigência da globalização e uma das formas de aumentar a empregabilidade da força de trabalho e a eficiência da economia. O investimento em educação básica e de segundo grau, especialmente de caráter técnico-profissional, que o governo vem priorizando, representa também um esforço para aumentar o capital humano da população brasileira, embora os efeitos dessas ações possam apenas se manifestar, por suas características, no médio e longo prazos. O Sistema Brasileiro de Formação Profissional irá treinar 3 milhões de trabalhadores, em 1996, a um custo total de R$ 1,2 bilhão. O MTb, em parceria com os governos estaduais vai investir R$ 290 milhões na qualificação de mais 1,5 milhão. Estes programas também deverão conferir maior eqüidade ao funcionamento do mercado de trabalho.

Estamos realizando uma parceria com o BNDES para que as empresas que estão sendo submetidas a programas de reconversão produtiva e de ajuste estrutural possam investir na mão-de-obra que possa se tornar redundante em conseqüência desses processos. Essas empresas pagarão menores juros e obterão maiores prazos de carência e de financiamento se atenderem aos requisitos de reconversão laboral. Acordo semelhante será formalizado em breve com o Banco Central para atender às empresas do sistema financeiro que estão se reestruturando e se habilitando aos recursos do PROER.

É objetivo do MTb dotar o país de eficiente sistema público de emprego, integrando as ações de qualificação profissional com as da intermediação de mão-de-obra e o recebimento do benefício do seguro-desemprego. Isso diminuirá o desemprego decorrente da má informação sobre as oportunidades do mercado de trabalho, ampliará a formação profissional dos trabalhadores e desempregados e diminuirá possíveis fraudes na concessão de seguro-desemprego.

Necessitamos criar incentivos para reduzir a rotatividade da mão-de-obra e induzir um maior investimento das empresas no capital humano dos seus trabalhadores. Já estamos avaliando as mudanças na legislação que irão viabilizar este objetivo.

O último conjunto de ações visa reduzir os custos não-salariais e ampliar o espaço da negociação coletiva. Com a finalidade de diminuir os custos de contratação e de demissão estamos procurando formas de reduzir os encargos sociais, especialmente a "cunha fiscal" incidente sobre a folha salarial. Estamos estudando as possibilidades jurídicas de introduzir novas formas de contrato de trabalho que, sem ferir os direitos fundamentais dos trabalhadores, possam gerar novos postos de trabalho. O objetivo é estimular a formalização do trabalho assalariado e aumentar os incentivos de mercado para que novos empregos sejam gerados.

Precisamos de uma ampla reforma nas relações de trabalho para aumentar a capacidade de barganha dos sindicatos e ampliar o espaço da livre negociação. Isto dotará os trabalhadores brasileiros de um maior poder de arbítrio para se defender do desemprego. Para tanto, precisamos discutir mudanças na organização sindical e nas formas de seu financiamento e fortalecer a negociação coletiva, de forma a ampliar a cidadania dos trabalhadores brasileiros, fazendo crescer o espaço dos direitos coletivos no contexto da legislação trabalhista.